

35º Encontro Anual da Anpocs;

GT 14 – Forças Armadas, Estado e sociedade;

A ciência da guerra num mundo em movimento: aulas, obras e academias militares na cidade do Rio de Janeiro (1763-1810),

Carlos Eduardo de Medeiros Gama

A ciência da guerra num mundo em movimento: aulas, obras e academias militares na cidade do Rio de Janeiro (1763-1810)

Carlos Eduardo de Medeiros Gama

Resumo:

A comunicação pretende apresentar uma discussão preliminar teórica e metodológica abordando o conceito de Evolução Militar portuguesa problematizando o ensino nas academias militares no Império Português, a partir da segunda metade do século XVIII até a primeira década do século XIX. Em 1763, quando houve a transferência da capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro gerou o aumento nas atenções com a defesa militar ao sul, mudanças na organização das tropas da guarnição da cidade, fundação da Real Academia d'Artilharia, Fortificação e desenho em 1792 e com a transferência da Família Real Portuguesa que culminou com a criação da Real Academia Militar do Rio de Janeiro em 1810. Queremos dizer, que a natureza da instituição militar é a guerra e toda sua naturalização perpassa pelo exercício de dominar técnicas científicas intimamente ligadas a arte de fazer a guerra que são representadas pelos engenheiros, topógrafos e cartógrafos militares que garantiam pelo menos o (re)conhecimento do território dos domínios ultramarinos e a sua inserção no conjunto de práticas e modos de governabilidade.

O termo “evolução” é sobrecarregado pelo sentido darwiniano e cheio de implicações ideológicas no sentido da crença num suposto progresso indefinido e contínuo. Um sentido axiológico em tratar o termo evolução na passagem de um “pior” para um “melhor”. Não pretendemos aplicar valores ao termo evolução, mas simplesmente entender que o processo de melhoria e adequação das instituições militares portuguesas está claramente manifestado através das modificações sofridas pela própria instituição militar e são atualizações de virtualidades já contidas nas instituições, porque todo o conjunto de modificações dentro de uma instituição atua proporcionadamente à sua natureza. São potencialidades latentes que se atualizam no pleno exercício de seu ser. Queremos assim, dizer que a natureza da instituição militar é a guerra e sua atualização perpassa pela potencialidade das técnicas da Arte da Guerra e pela necessidade de sua aplicação.

Mas para compreendermos o processo de atualização ou melhorias estruturais das instituições partiremos da intelecção por meio de descrição, comparação, classificação, análise e síntese que vai nos exigir propositadamente dificuldades e contradições. Por sua vez, para trazer o conceito de uma *evolução militar portuguesa* pretendemos juntar dois conceitos. O primeiro conceito é apropriado da *Evolução* do filósofo brasileiro Mário Ferreira dos Santos¹, que aborda as idéias do Evolucionismo das espécies a partir de uma “*anterioridade*” e “*posterioridade*” e não de evolução ligada a distinção entre um “melhor” para um “pior”.

Santos analisou fundamentos Antropológicos de diversos autores que consistiram a diferença existente entre o homem e os animais. Vejamos algumas propostas pelos seus títulos de abordagem: *a inteligência humana, o homem é um animal que conhece a morte, o homem revela um aumento de complexidade em sua vida, o homem é capaz de construir uma técnica, no homem há autonomia, o homem tem consciência de si como pessoa, o homem estabelece categorias, o animal é essencialmente ação o homem é pensamento, o homem é capaz de ato inútil e o homem*

¹ SANTOS, Mário Ferreira dos. *A Sabedoria das Leis Eternas*. É Realizações: São Paulo, 2001, p. 70. “Etimologicamente, o termo evolução significa desenvolvimento, volver para fora o que já está contido em algo. Nesse sentido seria o desenvolvimento pela atualização das possibilidades, das potências já incluídas virtualmente em algo, o processo das atualizações das potências dos seres, e nesse sentido lato todos estão de acordo. Assim o germe evolui até alcançar o indivíduo acabado. A evolução é, pois, uma explicação, um “desembrulhar” das virtualidades que se atualizam, o efetivar-se do que já estava no germe.” SANTOS, Mário Ferreira dos. *Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais*. Matese: São Paulo, 1963, p. 679.

*é um animal que faz promessas.*² Neste sentido Mário Ferreira dos Santos demonstrou a total impossibilidade de explicar a emergência das capacidades abstrativas de terceiro grau no homem pela evolução animal.

No tocante ao segundo conceito vamos trabalhar com a antropóloga Mary Douglas³ e a inserção do contexto tempo e espaço das instituições: do formal e real de cada instituição, a sociabilidade e redes nas quais as instituições estão inseridas, capilaridade, o ato instituinte e formal e o perigo de *naturalizar* as instituições.

Ao forjarmos o conceito de evolução com o conceito de instituição pretendemos aproximar uma instituição – no nosso caso a Academia Real Militar do Rio de Janeiro – do conjunto político, social e administrativo de uma estrutura dinâmica e não estática: o Estado. O “posterior” e “anterior” da instituição, aqui nos remete a um conhecimento de valores que vão manter a forma da instituição que precisa adquirir legitimidade baseando-se de maneira muito nítida na natureza da razão. Então ela proporcionará a seus membros um conjunto de analogias por meio das quais se poderá explorar o mundo e como as quais se justificará a naturalidade e a razoabilidade dos papéis instituídos, e ela poderá manter sua forma contínua, identificável⁴.

No contexto do nosso objeto de estudo, Academia Real Militar do Rio de Janeiro é apresentada pela historiografia como embrião de diversas outras instituições. A Academia Real Militar foi criada pelo príncipe D. João logo depois do desembarque da corte Portuguesa no Rio de Janeiro. Da Carta Régia de 4 de dezembro de 1810 que criou a dita Academia Militar no século XIX, aos dias atuais podemos contar com diversas instituições que se dirigem a instituição militar com herdeiras diretas do seu saber.

Não será esta a *naturalidade institucional* que procuramos estudar e nem a forma evolucionista na qual a instituição foi concebida, criada e desenvolvida até gerar outras nos dias atuais. Metodologicamente partimos para o conceito de Evolução da Instituição Militar Portuguesa abarcando um conjunto de fatos relacionados. Se o “*homem é capaz de construir uma técnica*” acreditamos que seja uma das maneiras da

² SANTOS, Mário Ferreira dos. *Noologia Geral. A Ciência do Espírito*. Livraria Logos: São Paulo, 1956, pp. 77-80.

³ DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

⁴ Idem, p. 116.

instituição militar evoluir e se justificar dentro do contexto de funcionalidade do Império Português e depois do Brasil.

E *construir técnicas* nos dá a dimensão exata visto que a guerra depende dos aperfeiçoamentos técnicos. Paulo Mercadante sentenciou que o militar, considerando a circunstancia, se agarra à ciência e à tecnologia⁵. Mas como podemos entender que a criação da Academia Militar era um estabelecimento destinado à formação simultânea de oficiais do Exército e engenheiros. Um instituição idealizada pelo Conde de Linhares que chefiou o governo de D. João no Brasil até o ano de sua morte em 1812.

Para Antonio Paim o estatuto da Academia Real Militar era inspirado amplamente nos Estatutos da Universidade pombalina e colocava, em primeiro plano, o ensino das ciências. O currículo da Academia Militar, e através dele o ideário pombalino, seria preservado ao longo do Império.⁶

Identificação da guerra uma forma contínua.

Assim sendo, a natureza da razão da instituição militar está ligada a Guerra que é representada naturalmente pelo traço distintivo técnico-científico dos Engenheiros *de machinas & obras para a guerra offensivas e defensivas*⁷ para garantia do território ultramarino, e que está intimamente ligado ao conjunto de práticas e modos de governabilidade do Estado.

Mas a governabilidade no Brasil Colonial e as práticas jurídicas eram bem semelhantes com as de Portugal da época. O Direito era um saber prático e não especulativo. O Estado não era um:

*“Aparelho especializado, centralizado, de natureza especificamente política, consistindo num agrupamento de funções anônimas, impessoais e formalmente distintas do poder econômico, cujo agenciamento apóia-se numa axiomatização de leis-regras que distribuem os domínios da atividade, de competência, e numa legitimidade baseada nesse corpo que é esse povo-nação”*⁸

⁵ MERCADANTE, Paulo. *Militares e Civis: a ética e o compromisso*. Ed. Zahar: Rio de Janeiro. 1978, p. 58.

⁶ PAIM, Antonio. *A Querela do Estatismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978, p. 29.

⁷ Segundo: BLUTEAU, Raphael, *Vocabulário Portuguez & Latino – volume 3*, 1728. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/engenheiro> acessado em 22/04/2011 às 10h 32 min.

⁸ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder e o Socialismo*. Graal: Rio de Janeiro, 1977.

Para Silvia Hunold⁹, o Rei Partilhava o espaço político com outros poderes. Sua influência era limitada por diversas práticas e usos jurídicos locais. Para autora, “*os mandos e desmandos existentes no mundo colonial não eram expressões de fraqueza do poder régio, ou de ineficiência, mas sim formas de reforçar o mesmo poder e garantir a estabilidade*”¹⁰ muitas vezes o poder do monarca se confundia com a burocracia colonial.

O centro e o poder central não deixaram de existir mesmo com a existência de toda uma dinâmica local. Laura de Mello e Souza¹¹ questiona os autores de *Antigo Regime nos Trópicos*¹², por terem enfraquecido demais o papel do Estado:

“(...) como se alteraram, no tempo, visões mais afeitas ora ao papel do centro (como Faoro), ora à sua relativização, invocando a incoerência, a desordem (como Prado Jr.) ou, mais recentemente, a sua dissolução em poderes concorrentes, a eficácia da agência local, da capacidade de tecer redes clientelares (como em o Antigo Regime nos Trópicos).”¹³

Assim, a autora é defensora de uma abordagem que destaque tanto as relações horizontais, quanto às verticais. Ou seja, na *qual* o poder local dos senhores de escravos e “*as relações de dominação que se verificavam de cima para baixo*”¹⁴ entre a Metrópole e a Colônia não seja considerados de forma dicotômica. Desta forma, não se falará em ausência do Estado na época moderna, mas na existência de uma instituição central com uma lógica diferenciada. Nesta concepção a Coroa e o poder dos colonos só podem ser considerados de forma dialética e não dicotômica.

Dicotômico é a própria visão de guerra e o poder militar do qual ele resulta. Para Caio Prado, na capitania “o chefe supremo é o governador (vice-rei, capitão-general, capitão-mor, governador simplesmente)”. A sua função “*é essencialmente militar não que ele seja necessariamente um militar de profissão, o que aliás não é comum. Mas é o comandante supremo de todas as forças armadas de sua*

⁹ LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes Mendonça (org.). *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de História Social*. Ed. da Unicamp: Campinas, 2006.

¹⁰ Idem.

¹¹ SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do Século XVIII*. Companhia das Letras: São Paulo, 2006.

¹² FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (Orgs.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2001.

¹³ SOUZA, Idem, 2006. p 75.

¹⁴ SOUZA, Idem, 2006. p 62.

capitania, bem como das subalternas. E não apenas nominal ou para certas ocasiões, mas efetivo e permanente".¹⁵ Russell-Wood converge na mesma corrente ao apontar que tais administradores "*ostentando uma grande variedade de títulos, incluindo o de governadores, capitães gerais e capitães, exerciam uma jurisdição administrativa civil e militar sobre capitanias, territórios e fortes, através de todo o império ultramarino português*"¹⁶ Russell-Wood reflete que não obstante o governador-geral ou vice-rei conservasse "*a sua autoridade como supremo comandante militar da colônia, os governadores das capitanias-gerais eram responsáveis pelas questões militares nas suas jurisdições*". Segundo ele o século XVIII "*assistiu à emergência dos governadores das capitanias-gerais como forças dominantes na frente administrativa e política brasileira*".¹⁷ Enfim, para Russel-Wood o perfil dos governadores de capitanias era seu "*nascimento nobre (embora os governadores de capitanias mais pequenas ou menos importantes pudessem ser plebeus), serviço militar e experiência administrativa anterior*". Contudo, a preocupação de Dom João V com o fortalecimento das defesas "*militares do Brasil levou-o a procurar pessoas com capacidades de liderança militar comprovadas para governadores, mas que também possuísem capacidades de gestão*"¹⁸

Podemos entender, que o desenvolvimento do poder militar e a arte da guerra são resultados das práticas governativas e do funcionamento da administração colonial. Perder uma batalha poderia significar perder parte do domínio colonial e implicaria em diversos resultados políticos, sociais, demográficos, culturais, econômicos e simbólicos. Segundo Maria Fernanda Bicalho, em princípios do século XVII o Rio de Janeiro era uma cidade vulnerável e pouco fortificada, mas a partir do setecentos "foi-se constituindo em ponto de articulação de toda a região meridional do Império atlântico português" em que por um lado a transformou em "centro cosmopolita e aberto à circulação de homens, capitais, políticas e idéias" e por outro lado, devido a

¹⁵ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 306

¹⁶ A. J. R. Russell-Wood. "Governantes e Agentes". In: Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da Expansão Portuguesa: o Brasil na balança do império (1697-1808)*. Lisboa: Temas & Debates, 1998. p. 170.

¹⁷ A. J. R. Russell-Wood. "Governantes e Agentes". In: Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da Expansão Portuguesa: o Brasil na balança do império (1697-1808)*. Lisboa: Temas & Debates, 1998. p. 177-8

¹⁸ A. J. R. Russell-Wood. "Governantes e Agentes". In: Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da Expansão Portuguesa: o Brasil na balança do império (1697-1808)*. Lisboa: Temas & Debates, 1998. p. 178.

sua importância e ao intenso assédio que sempre sofrera desde sua fundação, “reiteradas foram às tentativas dos funcionários militares no reino e na colônia de encerrá-la sobre fortalezas, trincheiras e muralhas”¹⁹

Os estudos de Fernando Novais apontam os funcionários burocratizados militares como categorias secundárias na sociedade colonial. Que segundo ele “todos estes componentes da sociedade colonial que estamos agora apontando (funcionários, administradores, clérigos e militares) são no fundo *categorias secundárias da sociedade colonial*, na medida em que a sua presença no mundo ultramarino decorria da economia escravista e da produção para o capitalismo europeu.”²⁰ Novais trabalha mais com enfoque econômico e seu ponto cerne são as relações senhor-escravo na segunda metade do século XVIII.

Queremos justificar nosso estudo sobre instituições militares portuguesas no tempo e no espaço. Para tanto, daremos ênfase ao desenvolvimento da arte da guerra ou das ciências da guerra na sustentação do objetivo de garantir o palco principal de atuação de todos os funcionários régios: a administração ultramarina nos territórios por ora conquistados. Nosso objeto de estudo nesse primeiro momento são as instituições militares espalhadas por todos os domínios portugueses; aulas, escolas e academias que funcionavam principalmente formando funcionários estatais com qualificação profissional, nomeados e exercendo cargos configurando os tipos fundamentais de dominação legal com quadro administrativo burocrático e racional.²¹

Nosso ponto de partida será a grande reforma feita pelo Marques de Pombal em 1763 no Exército e nas academias militares comandada pelo Conde de Lippe. A partir desse ano, na “Aula Militar” passou-se a ensinar trigonometria plana, geometria, cartografia e manuseamento de novos instrumentos.²²

Nuno Alexandre Martins Ferreira nos lembrar que no continente europeu no século XVII, a arte da guerra se desenvolveu generalizando a ciência militar ao nível da sua especialização, de tal forma que a historiografia o considera como o século da

¹⁹ BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.181.

²⁰ Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 111. Grifo nosso.

²¹ WEBER. Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UNB, 1991, p. 142-5.

²² SANJAD, Nelson; PATACA, Ermelinda; LOPES, Maria Margaret. “As fronteiras do Império: militares, naturalistas e artistas na Amazônia, século XVIII”. In: *IV Jornadas LatinoAmericanas de Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia. Programa e Caderno de Resumos*. Campinas: UNICAMP, 2000. p. 161.

*Revolução Militar*²³. Numa análise aos conflitos ocorridos na Europa do século XVII, a síntese de Parker²⁴ sintetiza os principais desenvolvimentos do modo de fazer a guerra: novos tipos de poder de fogo e de fortificações e um aumento do tamanho do exército.

*“A Europa pós-renascentista apostou num sistema militar que equilibrasse as operações de defesa e de ataque. A designada Revolução Militar comportaria diferentes aspectos: por um lado, os melhoramentos na artilharia, iniciados no século XV, tiveram como consequência última o redesenhar das fortificações; por outro, o aumento do poder de fogo no campo de batalha, que levaria ao desaparecimento da cavalaria face à infantaria e a novas tácticas de guerra.”*²⁵

A Geocientista Ermelinda Moutinho Pataca, em seu estudo sobre as viagens científicas portuguesa de 1755 a 1808, aponta para formação e profissionalização dos engenheiros militares no reino:²⁶

*“O engenheiro na época tinha muitas funções, como a fortificação, a urbanização, a construção de edificações, a invenção de máquinas e a cartografia. O fundamental para o militar centrava-se sobre o reconhecimento do terreno e sua respectiva defesa ou ataque, o que necessitava muitos conhecimentos em cartografia e fortificação, funções para que deveriam estar preparados. Para a execução de todas as tarefas do engenheiro, a prática do desenho e o conhecimento em matemática eram essenciais.”*²⁷

Desde o século XVII havia escolas de engenharia em Portugal. A guerra com os holandeses, no Nordeste do Brasil, e a Restauração na metrópole aumentou as preocupações defensivas da Coroa, que reforça a formação de quadros de engenheiros. Em 1647, é outra vez fundada a Aula de Fortificação e Arquitetura Militar em Lisboa, regida por Luís Serrão Pimentel, o engenheiro-mor do Reino.

O ensino e a prática da engenharia em Portugal foram impulsionados pela composição ou tradução de alguns tratados de engenharia, fortificação, desenho e

²³ O conceito apareceu pela primeira vez em Michael Roberts (1955), *The Military Revolution 1560-1660*, que apontou os fatores da mudança irreversível na arte da guerra: revolução táctica; a troca da lança e do pique pelo arco e pelo mosquete; aumento significativo dos efetivos dos exércitos e das estratégias militares com objetivo de maximização daqueles contingentes; impacto da guerra na sociedade. Apud FERREIRA, Nuno Alexandre Martins. *Luís Serrão Pimentel (1613-1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal*. Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras Departamento de História, Lisboa, 2009. p. 71

²⁴ PARKER, Geoffrey. *The Military Revolution. Military Innovation and the Rise of the West. 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press. 1998.

²⁵ FERREIRA, 2009. p. 71.

²⁶ PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Campinas, SP, 2006. Tese (doutorado) Unicamp, Instituto de Geociências. ver principalmente o capítulo 4 – *A Engenharia Militar portuguesa e a preparação para as viagens filosóficas*.

²⁷ Idem, p. 174.

arquitetura militar, como o de Luís Serrão Pimentel, *“Methodo Lusitano de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares, fortes de campanha, e outras obras pertencentes a architectura militar...”*, publicado em Lisboa no ano de 1680. Alguns professores da “Aula de Fortificação” tiveram um papel de destaque na engenharia portuguesa, como Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749), professor de matemática e autor do mais importante tratado da área, o “Engenheiro português”, publicado em 1728 e 1729; e Manuel da Maia (1677-1768), tradutor de alguns tratados franceses tocantes ao urbanismo, como “*O governador das praças*” (1708), de Antonio Ville Fozzano, e “*Fortificação moderna*” (1713), de Pfeffinger, e o principal mentor dos planos de reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755.

Como é observado nos estudos de Pataca: *“A articulação entre o ensino de desenho nos Arsenais Reais de Portugal e suas colônias, nos leva a preparar um quadro geral sobre os tratados militares adotados nestes estabelecimentos situados dos dois lados do Atlântico, ou seja, Portugal e América Portuguesa.”*²⁸

Segundo Beatriz Bueno, As primeiras instituições de ensino militar nas colônias portuguesas remontam ao final do século XVII. Nesta época foram criadas aulas militares na Bahia (1696), Rio de Janeiro (1698), São Luís do Maranhão (1699) e Recife (1701). Em outras regiões do império português também foram criadas aulas militares: em Goa (1699), Angola (1699) e Viana do Castelo (1701).²⁹

No Rio de Janeiro, a primeira aula militar foi criada em 1694 para a reparação das fortificações. Gregório Gomes Henriques, Capitão Engenheiro que veio para o Rio de Janeiro em 1694, foi o primeiro a dar lições de engenharia militar nesta cidade. Na época este engenheiro foi considerado como um dos melhores engenheiros: *“... para partes tão distantes vão sempre os Engenheiros mais capazes porque se errarem não tem quem os emenda”*³⁰

Com a transferência da capital do Estado do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, as atenções sobre a defesa ao sul do país se redobram, e com isso várias mudanças importantes ocorreram na organização das tropas da guarnição da

²⁸ PATACA, 2006. Op. cit, p.176.

²⁹ BUENO, Beatriz Siqueira. *Desenho e designio – o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, 2001. p. 500-1.

³⁰ PIRASSINUNGA, Adailton. *Ensino militar no Brasil (Colônia)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958. O documento é mencionado por Pirassinunga sem indicações sobre sua origem. Apud PATACA, 2006. Op. cit, p.178.

cidade e no ensino militar. Durante a administração do Primeiro Vice-Rei, o Conde da Cunha, inaugurou-se no Rio de Janeiro o Arsenal de Marinha e o Trem de Artilharia, depois Arsenal de Guerra.

Em 1774 a Aula do Regimento de Artilharia é aumentada com a cadeira de Arquitetura Militar, passando a denominar-se “Aula militar”, mas pertencendo ainda ao Regimento de Artilharia. Mas agora esta aula teria dupla finalidade: de preparo dos artilheiros e dos oficiais técnicos em engenharia militar que constituirão o efetivo do futuro Corpo de Engenheiros. A aula de Arquitetura era ministrada por Antônio Joaquim de Oliveira, Capitão de Mineiros da Artilharia do Porto. Este Capitão foi discípulo da “Aula de Fortificação” em Lisboa, entre 26 de Outubro de 1763 e 30 de Junho de 1764, na época das reformas efetuadas pelo Conde de Lippe. No ano de 1764 o militar foi avaliado em presença do Conde de Lippe, sendo promovido a Capitão de Mineiros do Regimento de Artilharia da Cidade do Porto. Após a promoção, o capitão “*servio o Supp.e muito tempo de Lente, e Auditor*”.

Segundo Pataca, Antônio Joaquim de Oliveira, assim como outros lentes da Aula de Artilharia, foram mestres da Aula de Fortificação, Artilharia, Arquitetura e Desenho, criada no Rio de Janeiro em 1792. Os compêndios utilizados, assim como a metodologia prática abordada nas aulas, era muito semelhante à Aula instituída na administração do Marquês do Lavradio, porém foram introduzidos outros compêndios, como o curso de fortificação de Antoni, como ressaltado por Antônio Joaquim de Oliveira: “*agora promoveo a m.a aula, dando-lhe estatutos á imitação dos da Aula de Fortificação dessa corte, introduzindo a lectura da Fortificação do Curso de Antoni*”³¹. A Aula de Fortificação citada era a Academia de Fortificação Artilharia e desenho criada em Lisboa em 1790.³²

Os estatutos da Academia foram elaborados pelo Conde de Rezende e enviados para Lisboa em 17 de Abril de 1792. A Academia foi instalada na Casa do Trem de Artilharia hoje Museu Histórico Nacional localizado na Praça XV no centro da cidade do Rio de Janeiro. Na Academia havia uma biblioteca e um Arquivo, onde eram

³¹ Ofício do tenente coronel e lente de Artilharia e fortificação no regimento de Artilharia da cidade do Rio de Janeiro, Antônio Joaquim de Oliveira, para Martinho de Melo e Castro. Rio de Janeiro, 22/07/1792. AHU – Rio de Janeiro, Cx. 145, D. 11244. Apud PATACA, 2006. Idem.

³² PATACA, 2006. Op. cit, p.182.

arquivados todos os exames dos discípulos, assim como os desenhos, projetos militares, mapas e cartas pelos discípulos e oficiais militares.³³

Preparação para guerra e a aplicabilidade do conceito de Evolução Militar.

Christiane F. Pagano de Mello, em seu estudo³⁴ incorpora a “Pedagogia Militar”³⁵ como fator de ordenação social do Império português na segunda metade do século XVIII. Para autora a obra de Ribeiro Sanches, um dos principais inspiradores da administração pombalina, *Cartas Sobre a Educação da Mocidade*³⁶ é uma elaborada proposta com uma concepção ampla das organizações militares, vendo-as como um paradigma de ordem também para o âmbito do civil.³⁷ Pagano, afirma ainda que durante a segunda metade do século XVIII, a busca do governo português por uma maior centralização político-administrativa provocou mudanças nas instituições militares outrora dotadas de certa autonomia:

“A proposta de uma “Escola Militar governada pela disciplina militar” [de Ribeiro Sanches a Pombal]³⁸ está intimamente ligada ao processo de deslocamento de disciplina social, indo do domínio eclesiástico para o governamental. Portanto a proposta era criar um educandário laico, e colocá-lo a serviço da nova ordem política do Estado absolutista. Ora, que outra instituição além de militar, onde é objetivada com autoridade e obediência, traduziria melhor a disciplina militar a ser imposta?”³⁹

No parágrafo da obra de Ribeiro Sanches, na qual Pagano retirou a sentença: “*Escola Militar governada pela disciplina militar*”, fica claro que o objeto da crítica do discurso de Ribeiro Sanches é a nobreza e a fidalguia portuguesa:

“Dizia Sócrates que era coisa notável que – havendo mestres e escolas para aprender tudo o que era necessário para ser rico, considerando e autorizado – só não conhecia uma onde os homens e

³³ PIRASSINUNGA, 1958.

³⁴ MELLO. Christiane F. Pagano de. *Forças Militares no Brasil Colônia: corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.

³⁵ O termo “Pedagogia Militar” é usado pela autora como subdivisão do segundo capítulo da obra. p. 79.

³⁶ SANCHES, Ribeiro, *Cartas sobre a educação da mocidade*. 1759 - Porto : Domingos Barreira, [19--]. - 236 p., 2 f. ; 19 cm. - (Portugal / Joaquim Ferreira ; 25) Disponível no site http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/cartas_educacao_mocidade.pdf acessado em 24/04/2011 às 11h20.

³⁷ MELLO. Christiane F. Pagano de. 2009, p. 79-80.

³⁸ SANCHES, Ribeiro. Op. cit, p. 208.

³⁹ MELLO. Christiane. Op. cit, 81.

os meninos fossem aprender a ser bons. Eu sem tantos conhecimentos e com menor virtude, acho que em Portugal terão a nobreza e a fidalguia mestres a milhares que lhes ensinam as línguas, dançar, esgrima, montar a cavalo, e sobretudo a geneologias; mas não posso considerar que haja um que lhes ensine que é obrigado a obedecer aos magistrados e a todos aqueles empregados no serviço do Estado, como sejam seus maiores. Não posso considerar que possa a fidalguia perder aquela soberba com que nasce aquela independência do que em uma escola militar governada pela disciplina militar, que não conhece outra geneologia nem sangue real do que o cargo e o merecimento”⁴⁰

Ribeiro Sanches era formado em medicina pela Universidade de Salamanca, vivendo a maior parte de sua vida fora de Portugal depois de ter sido denunciado pela Inquisição por práticas de judaísmo. Defendia a laicização do ensino em Portugal e julgava a existência da nobreza, base do regime monárquico, acreditando na sua “refundação da nobreza”⁴¹ valorizada por uma legitimação de méritos e não pelo acaso do nascimento, e esse processo passava pelo esforço individual:

“Que a Nobreza e a Fidalguia» fiquem de tal modo instruídas «que percão aquella idea que devem ser premiados por descenderem de tal ou tal caza: e que fiquem no habito de pensarem, que só pelo seu merecimento chegarão aos postos e ás honras a que aspira a sua educação. O objectivo é torná-las activas e úteis através de um bom uso dos prémios, desligando-as da «herança» enquanto factor de passividade, que actua de tal modo que a dedicação à acção — nomeadamente à aquisição de saberes técnicos— pode constituir-se como sinal de uma origem social pouco honrada.”⁴²

Em 1757 é instituído o título militar de *Cadete*⁴³ concedido aos jovens que detivessem o foro de moço fidalgo da Casa Real ou fossem filhos de oficiais militares, ou ainda que provassem nobreza notória por parte dos pais e dos quatro avós. Uma tentativa de atrair os jovens nobres e fidalgos para o Exército português. Porém, como demonstra Fernando Dores Costa, logo surgiram os primeiros indícios que o preenchimento social de alguns *cadetes* não era o desejado:

“Uma ordem do marechal marquês datada de 16 de Maio de 1768 refere-se aos cadetes que não foram feitos sem conformidade com o alvará de 1757, aos quais deve ser dada baixa, ficando como simples

⁴⁰ SANCHES, Ribeiro. Op. cit, p. 208.

⁴¹ Termo criado por: COSTA, Fernando Dores. *O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar. Análise Social*, vol. XXXIII (149), 1998 (5o), p. 1010.

⁴² Idem.

⁴³ Alvará de 16 de Março de 1757, disponível em:

http://www.iuslusitaniae.fesh.unl.pt/~ius/verlivro.php?id_parte=105&id_obra=73&pagina=683 acessado em 14/03/2011.

soldados. Alguns anos depois o aviso de 27 de Fevereiro de 1791 torna mais visível o fenómeno dos «cadetes indigentes». Trata-se de repor a pureza do alvará de 1757, determinando que não sejam aprovados para cadetes os que não tiverem uma notória e bem conhecida nobreza e também os que não provarem ter — por si ou pela assistência de sua família — uma subsistência honrada que exclua qualquer ideia de indigência.»⁴⁴

A “Pedagogia Militar” de Christina Pagano é pertencente ao tempo e espaço do método reformador de Ribeiro Sanches, mas distante da tentativa de revelar os traços e justificativas da naturalidade e razoabilidade dos papéis instituídos pelas instituições militares de Portuguesas. Nosso conceito busca o entendimento da necessidade de fazer a guerra que é muito mais do que a política e o direito, pois a guerra é também uma expressão cultural em um sentido amplo. Um fenômeno altamente complexo, que muda com o tempo, não só nas suas formas, mas também os sentidos.⁴⁵

Para Michael Roberts entre 1500 e 1660 ocorreu na Europa o período chamado Revolução Militar. Que teve como características principais a revolução tática, que veio a substituir os enfrentamentos de homens armados de piques por formações lineares que utilizavam as armas de fogo; o aumento do tamanho dos Exércitos colocando a infantaria em local privilegiado; o desenvolvimento de novas estratégias; a repercussão da guerra sobre a sociedade, tendo em vista os custos econômicos e humanos para sustentar os Exércitos permanentes fato que levou a uma maior burocracia e autoridade do Estado, conseqüentemente a uma maior centralização do poder e a consolidação de políticas absolutistas.⁴⁶

Estudos posteriores ao de Roberts foram questionadores quanto à cronologia usada pelo autor, indicando que desde o século XIV, indo até o século XVIII é possível identificar mudanças pungentes nas estruturas dos Exércitos. Dando ao termo *Revolução Militar* um cunho temporal de quase quatrocentos anos. Geoffrey Parker, parte das ideias de Roberts, analisando a evolução tecnológica das armas de fogo e das táticas de combates navais e terrestres, assim como as guerras de sítios. Dando uma

⁴⁴ COSTA, 1998. Op. cit, p. 1003.

⁴⁵ KEEGAN, John. Uma História da Guerra. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

⁴⁶ ROBERTS, Michael. The military Revolution., 1560-1660. Belfast: Queen’s College, 1956.

maior destaque as mudanças tecnológicas e dos avanços da arte da guerra como elementos fundamentais na formação dos grandes impérios globais em 1500 e 1750.⁴⁷

Francis Albert Cotta⁴⁸ afirma que ao longo do século XVII os engenheiros militares fizeram valer a destreza e habilidade técnica. E que “*gradativamente ocorria à afirmação do estatuto de engenheiro como detentor de um campo específico do saber. A complexidade cada vez maior dos programas construtivos estaria diretamente relacionada à sofisticação da artilharia.*”⁴⁹

Cotta dimensiona o aumento do poder da artilharia que passou a influenciar nas novas formas de se construírem as fortificações. O modelo medieval da planimetria e volumetria das construções dos castelos, que tinham funções práticas e funções simbólicas: partindo da figura do castelo como imagem arquitetônica representativa do núcleo de poder e segurança da coerção senhorial. Foram mudadas pela arquitetura militar, se abaixaram as muralhas medievais; mudou-se o traçado das construções para obtenção dos fogos cruzados; modificaram-se os métodos de construção para proteção das guarnições e criaram-se obstáculos para impedir a aproximação. A arte de bem fortificar tornava-se um negócio de Estado. Neste processo multiplicaram-se os livros sobre fortificação e os engenheiros transformaram-se em figuras fundamentais do poder.⁵⁰

E para tanto, iremos buscar na sociologia militar, nas ciências políticas, antropologia militar e nas demais ciências sociais ferramentas mentais necessárias para estudarmos todo processo de atualização do nosso objeto de estudo.

Para a sociologia, a ciência política e as relações internacionais a guerra como objeto de estudo era um fenômeno importante a ser compreendida, sobre tudo pelo fim da Segunda Guerra e depois pela Guerra Fria, a história militar só se reaproxima no final da década de 1960 . Na Inglaterra, John Keegan em 1976 escreve *The Face of Battle*⁵¹, verdadeiro livro “manifesto” e modelo de uma nova história militar. Keegan

⁴⁷ PARKER, 1988, Op. Cit.

⁴⁸ COTTA, Francis Albert. Estados-Nacionais e Exércitos na Europa Moderna: Um olhar sobre o caso português. Fenix – Revista de História e Estudos Culturais – Jul/Ago/Set 2007, vol. 4. Ano IV nº 3.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ VÉRIM, Helene. La gloire des ingénieurs – L’intelligence technique du XVIe. Au XVIII. Siècle. Paris:Albim Michel, 1993, p. 91. Apud COTTA. Op. Cit.,

⁵¹ “*A Face da Batalha*” de John Keegan foi editado no Brasil em 2000 pela Biblioteca do Exército Editora.

chama de novo a atenção para o núcleo duro da história militar, a saber: a batalha. Ajustando contas com o modelo tradicional, introduzindo as problemáticas e os métodos da sociologia militar⁵².

Para José Rodrigues dos Santos, sociólogo e professor Associado da Academia Militar de Lisboa, os Exércitos são instituições fundamentais para organização social dos Estados:

“A composição os exércitos (que foram durante largos séculos organizações temporárias, construídas em função de circunstâncias locais, de acordo com formatos diversos, privadas ou estatais, etc.), numa instituição fundamental da organização política e social dos estados modernos. Ao mesmo título que a Educação, a Saúde, a Família, a Instituição Militar tornou-se num dos pólos organizacionais permanentes, fundamentais, dos estados (e por consequência das sociedades), ao ponto que se concebe hoje tão dificilmente um estado (com a ressalva dos microestados, cuja “defesa” é em geral assumida... pelo exército de algum poderoso vizinho) sem exércitos, como um estado sem sistema de Educação, etc.”⁵³

É de forma multidisciplinar e aplicada as ciências e ao conhecimento humano que identificamos como objeto de nossos estudos as Academias Militares portuguesas; as aulas, todas as obras produzidas e traduzidas de estudos da Engenharia, Matemática e Desenho, assim como, os Engenheiros Militares oficiais do Exército que vão fazer parte de uma grande rede institucionalizada e formadora de uma cultura militar particular portuguesa que sobrevive no Brasil até a segunda metade do século XIX.

As novas práticas e técnicas empreendidas ao ensino nas Academias Militares e a relação íntima com o poder reforçam os contornos de “posterior” e “anterior” da instituição militar, valores que solidificam o conhecimento de uma elite letrada para manter a forma da instituição que precisa adquirir legitimidade baseando-se de maneira muito nítida na natureza da sua própria razão de ser: a Guerra.

⁵² TEIXEIRA, Nuno Severiano. *A história militar e a historiografia contemporânea*. In Revista A Nação e a Defesa. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 1991, ano XVI, n° 59, pp. 65-6.

⁵³ SANTOS, José Rodrigues dos. *Modelos de análise da profissão militar: Crítica dos principais modelos e proposta de um modelo a três dimensões para a análise das profissões militares*. Comunicação apresentada no Seminário “*Arts de la guerre et interprétations de la vie civile*”, Paris, Université de Paris I Sorbonne, 24 de Março de 2006. Disponível na página do CEDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora: http://www.cidehus.uevora.pt/index_textos.htm acessado em 10 de fevereiro de 2011 às 15h51min.

Referências Bibliográficas:

BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BLUTEAU, Raphael, Vocabulário Portuguez & Latino – volume 3, 1728. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/engenheiro> acessado em 22/04/2011 às 10h 32 min.

BUENO, Beatriz Siqueira. *Desenho e desígnio – o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, 2001.

Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

COSTA, Fernando Dores. *O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar. Análise Social*, vol. XXXIII (149), 1998 (5o).

COTTA, Francis Albert. Estados-Nacionais e Exércitos na Europa Moderna: Um olhar sobre o caso português. Fenix – Revista de História e Estudos Culturais – Jul/Ago/Set 2007, vol. 4. Ano IV n° 3.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

FERREIRA, Nuno Alexandre Martins. *Luís Serrão Pimentel (1613-1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal*. Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras Departamento de História, Lisboa, 2009.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (Orgs.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2001.

KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes Mendonça (org.). *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de História Social*. Ed. da Unicamp: Campinas, 2006.

MELLO, Christiane F. Pagano de. *Forças Militares no Brasil Colônia: corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.

MERCADANTE, Paulo. *Militares e Civis: a ética e o compromisso*. Ed. Zahar: Rio de Janeiro, 1978.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

PAIM, Antonio. *A Querela do Estatismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder e o Socialismo*. Graal: Rio de Janeiro, 1977.

PARKER, Geoffrey. *The Military Revolution. Military Innovation and the Rise of the West. 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press. 1998.

PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Campinas, SP, 2006. Tese (doutorado) Unicamp, Instituto de Geociências.

PIRASSINUNGA, Adailton. *Ensino militar no Brasil (Colônia)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958. O documento é mencionado por Pirassununga sem indicações sobre sua origem. Apud PATACA, 2006.

Russell-Wood, A. J. R. “Governantes e Agentes”. In: Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da Expansão Portuguesa: o Brasil na balança do império (1697-1808)*. Lisboa: Temas & Debates, 1998.

_____. “Governantes e Agentes”. In: Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da Expansão Portuguesa: o Brasil na balança do império (1697-1808)*. Lisboa: Temas & Debates, 1998. p.177-8

SANCHES, Ribeiro, Cartas sobre a educação da mocidade. 1759 - Porto : Domingos Barreira, [19--]. - 236 p., 2 f. ; 19 cm. - (Portugal / Joaquim Ferreira ; 25) Disponível no site http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/cartas_educacao_mocidade.pdf acessado em 24/04/2011 às 11h20.

SANJAD, Nelson; PATACA, Ermelinda; LOPES, Maria Margaret. “As fronteiras do Império: militares, naturalistas e artistas na Amazônia, século XVIII”. In: *IV Jornadas LatinoAmericanas de Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia. Programa e Caderno de Resumos*. Campinas: UNICAMP, 2000. p. 161.

SANTOS, José Rodrigues dos. *Modelos de análise da profissão militar: Crítica dos principais modelos e proposta de um modelo a três dimensões para a análise das profissões militares*. Comunicação apresentada no Seminário “*Arts de la guerre et interprétations de la vie civile*”, Paris, Université de Paris I Sorbonne, 24 de Março de 2006. Disponível na página do CEDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora: http://www.cidehus.uevora.pt/index_textos.htm acessado em 10 de fevereiro de 2011 às 15h51min.

SANTOS, Mário Ferreira dos. *A Sabedoria das Leis Eternas*. É Realizações: São Paulo, 2001, p. 70

_____. *Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais*. Matese: São Paulo, 1963.

_____. *Noologia Geral. A Ciência do Espírito*. Livraria Logos: São Paulo, 1956.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do Século XVIII*. Companhia das Letras: São Paulo, 2006.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. *A história militar e a historiografia contemporânea*. In Revista A Nação e a Defesa. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 1991, ano XVI, nº 59.

WEBER. Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UNB, 1991, p. 142-5.